

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, a Empresa operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados na Nota Explicativa nº 1.1.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros: em 31 de dezembro de 2025, o impacto do *curtailment* na geração de energia é apresentado a seguir:

Período	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (b)	Receita bruta sem <i>Curtailment</i> (R\$)	(-) <i>Curtailment</i> (R\$) (c)	Receita bruta com <i>Curtailment</i> (R\$)
2025	244.189	165.600	81.160	33,23%	25.752	(17.824)	43.576

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 27,57%, superior ao percentual de corte energético (23,15%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, conforme definido na nota explicativa nº 4.a, haja visto que os efeitos de *constrained-off* não superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022.

A Empresa entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento da Empresa, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Empresa terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração da Empresa, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Empresa adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Empresa, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Pirapora, 24 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.
Pirapora - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	250	780	Fornecedores	12	775	2.063
Contas a receber	8	22.989	26.019	Obrigações fiscais		330	224
Impostos a recuperar		186	15	Imposto de renda e contribuição social	17	478	98
Imposto de renda e contribuição social		25	20	Obrigações sociais e trabalhistas		1	1
Despesas antecipadas		260	1	Passivo de arrendamento	10	17	15
Outras contas a receber		-	334	Dividendos a pagar	20	6.128	1.868
Total do ativo circulante		23.710	27.169	Mútuos financeiros com partes relacionadas	2	-	18
Direito de uso	10	2.915	3.023	Outras contas a pagar	12	1.822	882
Mútuos financeiros com partes relacionadas	9	7.433	-	Total do passivo circulante		9.551	5.169
Imobilizado	11	451.643	466.022	Provisão para desmobilização	12	6.947	6.241
Total do ativo não circulante		461.991	469.045	Passivo de arrendamento	9	3.182	3.199
				Mútuos financeiros com partes relacionadas	9	399	-
				Total do passivo não circulante		10.528	9.440
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		475.610	475.610
				Reserva legal		-	393
				Reserva de retenção de lucros		-	5.602
				Prejuízos acumulados		(9.988)	-
				Total do patrimônio líquido		465.622	481.605
Total do ativo		485.701	496.214	Total do passivo e patrimônio líquido		485.701	496.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	24.770	28.332
Custos de operação	16	(30.272)	(27.737)
(Prejuízo) / lucro bruto		(5.502)	595
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(2.881)	(470)
Outras receitas operacionais	17	(1.563)	7.824
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(4.444)	7.354
Receitas financeiras	18	699	147
Despesas financeiras	18	(1.467)	(1.130)
Resultado financeiro líquido		(768)	(983)
Resultado antes dos impostos		(10.714)	6.966
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.010)	(929)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(11.724)	6.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(11.724)	6.037
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
(Prejuízo) / Lucro abrangente do exercício	<u>(11.724)</u>	<u>6.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	471.110	91	1.301	-	472.502
Subscrição e Integralização de capital	4.500	-	-	-	4.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.037	6.037
Destinação para reserva legal	-	302	-	(302)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.434)	(1.434)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	4.301	(4.301)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	475.610	393	5.602	-	481.605
Distribuição de dividendos	-	-	(4.259)	-	(4.259)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.724)	(11.724)
Reversão de reserva legal	-	(393)	-	393	-
Absorção de prejuízo	-	-	(1.343)	1.343	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	475.610	-	-	(9.988)	465.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(10.714)	6.966
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos de atividades operacionais:			
Depreciação	11	15.364	14.931
Amortização do custo de desmobilização	11	213	309
Amortização de direito de uso	10	108	108
Juros incorridos sobre arrendamentos	10	352	388
Juros sobre mútuos obtidos	9	31	-
Juros sobre mútuos concedidos	9	(596)	-
Contingências	22	-	(123)
Receita de sinistro de imobilizado	11	-	(10.500)
Baixa do imobilizado	11	1.154	2.655
Atualização da provisão de desmobilização	12	-	(2.147)
Atualização monetária da provisão para desmobilização	12	706	713
		6.618	13.300
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		3.030	(9.691)
Impostos a recuperar		(171)	356
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		(5)	-
Despesas antecipadas		(259)	336
Outras contas a receber		334	(334)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.288)	(5.391)
Obrigações fiscais		106	(307)
Outras contas a pagar		940	58
		9.305	(1.673)
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais			
Pagamento de juros sobre arrendamentos	10	(352)	(388)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(629)	(1.126)
		8.324	(3.187)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos financeiros com partes relacionadas	9	(6.711)	-
Custo incorrido sobre mútuos - partes relacionadas	9	(126)	-
Transferência de ativos por meio de cessão onerosa	11	-	1.833
Aquisição ao ativo imobilizado	11	(2.352)	(5.703)
		(9.189)	(3.870)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de arrendamento	9	(15)	(13)
Custo incorrido sobre mútuos - partes relacionadas	20	8	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	342	18
Integralização de capital	14.a	-	4.500
		335	4.505
Redução líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	780	3.332
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	250	780
		(530)	(2.552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. “Companhia”, é uma SPE, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Pirapora, S/N, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 3.25 da MG-496 Parte, área rural de Pirapora.

A Companhia foi constituída em 27 de agosto de 2018 e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob os CEGs n° UFV.RS.MG.037836- 4.01 e UFV.RS.MG.037837- 2.01.

A Companhia recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 99 MW (que compreende os parques Lar do Sol 7 e Lar do Sol 8, sendo a 49,5 MW de potência para cada UFV) por 35 anos, que compreende ao período de 12 de abril de 2019 a 12 de abril de 2054.

Em dezembro de 2022 a Companhia encerrou a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2036.

Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

1.1 Curtailment

A Empresa está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Empresa; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, consequentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Empresa estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Empresa entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Empresa determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

- Aplicações financeiras que são mensuradas ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) – nota explicativa nº 11:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº13:** Referem-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 21:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;

- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato seja em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia finalizou a construção do ativo imobilizado e iniciou a depreciação em março de 2025.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração, ou seja, o atingimento do *substantial completion*.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões

são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

A Empresa adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,66% a.a.

6 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada operação da Companhia
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	49	34
Aplicações financeiras (b)	201	746
Total	<u>250</u>	<u>780</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 95% em 31 de dezembro de 2025 (98% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes – Receita – ACL (a)	10	-
Contas a receber de partes relacionadas (b)	22.871	15.519
Outras contas a receber (c)	-	10.500
<i>Constrained-off</i> (d)	108	-
Total	22.989	26.019

- (a) Referem-se aos saldos provenientes da operação teste em da planta no momento da energização inicial da mesma no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação de venda de energia para a controladora da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.
- (c) Refere-se a saldos a receber decorrente de indenização por desmobilização parcial da planta fotovoltaica para passagem de linha de Transmissão da Verde Transmissão de Energia S.A. A baixa da parte desmobilizada está demonstrada na nota explicativa nº 11.
- (d) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained-off* no montante de R\$ 108. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Mútuos financeiros com partes relacionadas

a) Mútuos a receber

Mutuante	Mutuário	Saldo em 31/12/2024	Adições	Juros	IOF	Saldo em 31/12/2025
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	-	6.711	596	126	7.433
		-	6.711	596	126	7.433

b) Mútuos a pagar

Mutuante	Mutuário	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos (-)	Adições	IOF	Juros	Saldo em 31/12/2025
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	18	(18)	360	8	31	399
		18	(18)	360	8	31	399

Mutuante	Mutuário	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos (-)	Adições	IOF	Juros	Saldo em 31/12/2024
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	-	-	18	-	-	18
		-	-	18	-	-	18

Os mútuos a pagar e a receber e a pagar possuem juros anuais são de 12% a.a. com vencimento previsto para 15 de setembro de 2036.

10 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	3.023	(108)	2.915
Total do ativo	3.023	(108)	2.915
	Valor líquido em 31/12/2023	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	3.131	(108)	3.023
Total do ativo	3.131	(108)	3.023

O prazo de amortização de direito de uso é de 30 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	3.199	3.214
Total	3.199	3.214
Circulante	17	15
Não circulante	3.182	3.199

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

2025					
	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	3.214	(15)	(352)	352	3.199
Total	3.214	(15)	(352)	352	3.199
2024					
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	3.227	(13)	(388)	388	3.214
Total	3.227	(13)	(388)	388	3.214

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,66% a.a..

11 Imobilizado

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adições	Baixa (b)	Cessão onerosa	31/12/2024	Adição	Baixa (b)	31/12/2025
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	482.595	5.703	(2.795)	(1.933)	483.670	2.352	(1.154)	484.868
Custo para desmobilização de ativos (a)	8.992	-	(2.751)	-	6.241	-	-	6.241
Total do custo	491.587	5.703	(5.546)	(1.833)	489.911	2.352	(1.154)	491.109
Depreciação acumulada	31/12/2023	Adições	Baixa	Cessão onerosa	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(9.098)	(14.931)	140	-	(23.889)	(15.364)	-	(39.253)
Desmobilização de ativos (a)	(346)	(309)	655	-	-	(213)	-	(213)
Total da depreciação acumulada	(9.444)	(15.240)	795	-	(23.889)	(15.577)	-	(39.466)
Total	482.413	(9.537)	(4.751)	(1.833)	466.022	(13.225)	(1.154)	451.643

- a) A Companhia realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 13.
- b) Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a substituição de cabamentos e por essa razão, a Companhia procedeu com a baixa dos ativos fixos líquidos de R\$ 1.154. Em 2024 o valor de R\$ 2.751, se refere a desmobilização parcial da planta fotovoltaica.

Em março de 2025 a Companhia concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Companhia não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores		
Contratação de serviços (a)	600	2.051
Compra de energia	11	5
Fornecedores partes relacionadas (b)	<u>164</u>	<u>7</u>
Total de fornecedores	<u>775</u>	<u>2.063</u>
Outras contas a pagar (c)	<u>1.822</u>	<u>882</u>
Total de outras contas a pagar	<u>1.822</u>	<u>882</u>
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.597</u>	<u>2.945</u>

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque, como máquinas, equipamentos, construção civil e demais compromissos para construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 21.
- (c) Refere-se basicamente a serviços a faturar de operação e manutenção da planta.

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

13 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2025, a Companhia realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 6.947. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,30%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 6.028 (R\$6.241 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 11.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	6.241	9.771
Correção monetária	-	713
Atualização monetária da provisão para desmobilização (i)	706	(4.243)
Saldo final	6.947	6.241

(i) A Companhia realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecido no passivo.

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado e subscrito da Companhia é de R\$ 475.610 (R\$ 475.610 em 31 de dezembro de 2024), representado por 475.610 ações, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela sócia Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., detentora de 100% das ações da Companhia.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou prejuízo de R\$ 11.724 (lucro de R\$ 6.037 em 2024). Em decorrência do prejuízo apurado, a Companhia não constituiu reserva legal em 2025 (R\$ 302 em 2024) reverteu o montante de R\$ 393 proveniente de 31 de dezembro de 2024.

c. Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 0 (R\$ 1.434 em 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(11.724)	6.037
Compensação de lucros acumulados	5.602	-
Distribuição de lucros intermediários	(4.259)	-
Base de cálculo - Reserva Legal	(10.381)	6.037
Reserva legal - 5%	-	(302)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	(10.381)	5.735
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	(1.434)

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$6.128 (R\$1.868 em 2024).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuição de lucros previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia distribuiu a acionistas a reserva de retenção de lucros no montante de R\$4.259 e R\$ 1.343 foram utilizados para compensação de prejuízos gerados em 2025. Em 2024 foram destinados R\$4.301 referente a saldo para reserva de retenção de lucros.

15 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	2025	2024
Receita MCP	13	19
Receita de vendas com partes relacionadas (a)	25.632	29.386
<i>Constrained-off</i>	107	-
	25.752	29.405
Impostos sobre vendas	(982)	(1.073)
Total da receita operacional líquida	24.770	28.332

Durante o exercício de 2025, a Companhia gerou 165.600 MWh (195.817 MWh em 2024).

- (a) Receita proveniente da operação firmada bilateralmente em ambiente de contratação livre (ACL) junto a partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 20.

16 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos do serviço de energia elétrica		
Depreciação e amortização (c)	(15.685)	(15.348)
Compra de energia para revenda (d)	(136)	-
Operação e manutenção (f)	(3.337)	(2.841)
Reversão da provisão e amortização da desmobilização	-	2.147
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(7.360)	(7.637)
Custos compartilhados - partes relacionadas (e)	(304)	(285)
Compromissos ambientais e sociais	(482)	(392)
Custos de locação de terras (a)	(202)	(310)
Seguros	(2.697)	(1.288)
Serviços técnicos	-	(680)
Segurança e vigilância	-	(865)
Outras	(69)	(238)
Total	(30.978)	(28.450)

- (a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- (b) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- (c) Refere-se a depreciação e das amortizações relacionadas aos ativos utilizados na operação, incluindo a depreciação do ativo imobilizado, a amortização da obrigação de retirada de serviço de ativos e a amortização do ativo por direito de uso, apropriadas ao resultado ao longo de suas respectivas vidas úteis ou prazos contratuais.
- (d) Refere-se ao custo da energia elétrica negociada por meio de contratos de swap.
- (e) Referem-se ao repasse das despesas compartilhadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.
- (f) Refere-se ao custo da operação e manutenção do parque fotovoltaico.

	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(85)	(65)
Serviços técnicos	(80)	(6)
Assessoria e advogados	(2.351)	(32)
Internet e comunicação	(188)	(58)
Imposto e taxas	(7)	(126)
Despesas com viagens	(170)	(181)
Despesas e provisões diversas	-	(2)
Total	(2.881)	(470)

17 Outras receitas e (despesas) operacionais

	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica		
(Perda) / ganho na alienação de imobilizado (a)	(1.154)	7.845
Provisão para causas judiciais (b)	(500)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	91	(21)
	(1.563)	7.824

(a) Ganho na alienação de ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 11.

(b) Conforme nota explicativa nº 22.

18 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2025	2024
Receitas financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	49	89
Receita de juros - partes relacionadas	596	-
Variação cambial ativa	54	58
Total	699	147
Despesas financeira		
Carta de crédito e despesas bancárias	(291)	(23)
Atualização monetária para desmobilização	(706)	(713)
Juros e multas de impostos	(46)	-
Despesa de juros - partes relacionadas	(31)	-
Juros sobre arrendamentos	(352)	(388)
Variação cambial passiva	(41)	(6)
	(1.467)	(1.130)
Resultado financeiro, líquido	(768)	(983)

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 478 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	2025	2024
Receita bruta (a)	25.751	29.405
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	2.060	2.352
Presunção da contribuição social – 12% (c)	3.090	3.529
Demais receitas – (d)	708	138
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	2.768	2.490
Imposto de renda a alíquota de 15%	(415)	(374)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(253)	(225)
Total IRPJ	(668)	(599)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	3.798	3.667
Contribuição social a alíquota de 9%	(342)	(330)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.010)	(929)
Alíquota efetiva (*)	4%	3%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (d).

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e o controlador final é o GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber (a)		Contas a pagar (b)		Receitas/(despesas) (c)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	22.871	15.519	-	7	25.434	29.386
Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda.	-	-	-	-	(304)	-
Atlas do Brasil Comercializadora de Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	(285)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	164	-	-	-	-	-
			-			
Operação intercompany	22.871	15.519	164	7	25.130	29.101

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2025	2024	2025	2024
<i>(ii) Mútuos financeiros com partes relacionadas</i>				
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia S.A.	399	18	565	-
	399	18	565	-

	Dividendos a pagar	
	2025	2024
<i>(ii) Dividendos</i>		
Atlas Casa Blanca Comercializadora de Energia S.A.	6.128	1.868
	6.128	1.868

- a) Conforme nota explicativa nº 8.
- b) Conforme nota explicativa nº 12.
- c) Conforme nota explicativa nº 15 e 16.

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos

ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2025 - Valor contábil		2024 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	201	49	746	34
Contas a receber	8	-	118	-	26.019
Mútuos com partes relacionadas	9	-	7.433	-	-
Outras contas a receber		-	-	-	334
Total		201	7.600	746	26.387
Passivos					
Fornecedores	12	-	775	-	2.063
Outras contas a pagar	12	-	1.822	-	882
Dividendos a pagar	20	-	6.128	-	1.868
Mútuos financeiros com partes relacionadas	9	-	-	-	18
Passivo de arrendamento	10	-	3.199	-	3.214
Total		-	11.924	-	8.045

	Nível hierárquico do valor justo	2025 - Valor contábil e valor justo		2024- Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	250	250	780	780
Contas a receber	Nível 2	118	118	26.019	26.019
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	7.433	7.433	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	334	334
Total		7.801	7.801	27.133	27.133
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	611	611	2.063	2.063
Outras contas a pagar	Nível 2	1.822	1.822	882	882
Dividendos a pagar	Nível 2	6.128	6.128	1.868	1.868
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	164	164	18	18
Passivo de arrendamento	Nível 2	3.199	3.199	3.214	3.214
Total		11.924	11.924	8.045	8.045

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	250	780
Contas a receber	22.989	26.019
Outras contas a receber	-	334
Mútuos financeiros com partes relacionadas	7.433	-
Total transações	30.672	27.133

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 anos ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	2.597	2.597	2.597	-	-	-
Passivo de arrendamentos	3.199	10.777	399	1.597	1.996	6.785
Dividendos a pagar	6.128	6.128	6.128	-	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	399	399	-	-	-	878
Total transações no resultado	12.323	19.901	11.924	1.597	1.996	7.663

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 anos ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	2.945	2.945	2.945	-	-	-
Passivo de arrendamentos	3.214	64.257	2.424	3.821	7.102	48.486
Dividendos a pagar	1.868	1.868	1.868	-	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	18	18	18	-	-	-
	8.045	69.088	7.255	3.821	7.102	48.486

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	18,44%	22,13%

Risco de redução (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	201	24	31	37	18	12

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus.

22 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa da Companhia, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

A Companhia figura como autuada em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor de R\$ 500 com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela agência.

A Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda provável em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

23 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dividendos a pagar	13	4.259	1.434
Distribuição de dividendos	13	(4.259)	(1.434)

24 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>Total</u>
TUST/TUSD (a)	7.894	8.244	8.562	8.855	386.896	420.451
Seguros e garantias (b)	462	482	501	518	21.131	23.094
Compra de energia (c)	251	-	69	-	513	833
Contratos de (O&M) (d)	2.381	2.485	2.037	2.105	81.049	90.057
Arrendamento (e)	1.231	1.308	1.299	1.332	62.419	67.589
Outros (f)	2.127	1.915	1.834	1.855	72.509	80.240
Total	14.346	14.434	14.302	14.665	624.517	682.264

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Compra de energia

A Companhia possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos

d) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

e) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *